

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1995

Congresso Nacional

# Reaperto da maioria

VILLAS-BÔAS CORRÊA \*

**A** apertada vitória, com gosto amargo de votos dissidentes, por 27 votos contra 23, com quatro escassos votos de diferença, na batalha de ontem na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para a aprovação da admissibilidade da emenda da reforma administrativa, inclusive com a derrubada da estabilidade dos servidores públicos, não merece mais do que a comemoração contida, a exigir reflexão e comedimento. Tão logo serenem os ânimos, pouse a poeira e seja absorvido o trauma da crise da tumultuada negociação, contornada a duras penas, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá botar a cabeça no travesseiro e, no silêncio solitário da madrugada, repensar urgente e inadiável reaperto na sua maioria parlamentar.

Não se trata de cobrar contas de rebeldias nem agravar o choque com os dissidentes. A hora e as circunstâncias aconselham cuidado para não aprofundar ressentimentos que azedem em situações irremediáveis. O governo necessita, e muito, de apoio no Congresso e não se pode dar ao luxo de cultivar melindres. Até porque o incidente reclama mais compreensão para as suas especialíssimas características do que do murro na mesa para intimidar recalcitrantes e chamá-los às falas aos berros de pública e desmoralizante repreensão.

Na verdade, não se registrou qualquer rebelião contra o governo. Bulir no servidor público, nos seus direitos e garantias, enfrontou o confronto tradicional de governo contra a oposição, no seu atual feitiço ideológico que opõe o centro à esquerda.

A evidência gritante da mexida parlamentar salta à desfocada visão de olhos miopes. Claro, não se desfazem

ção dos órgãos representativos da categoria.

Ora, o governo não pode alegar surpresa. Estava prevista a resistência. A reação era inevitável. E, vamos e venhamos, compreensível.

Acontece que a pauta das reformas agenda novas votações de igual importância. O governo está apenas no começo de longo trajeto. E que se bifurca em dois atalhos repletos de obstáculos. Não é fácil manter maioria que assegure os três quintos de votos para a aprovação, na Câmara e no Senado, em duas votações, de emendas constitucionais que demandam penosas articulações para compor interesses contraditórios, sobre as reformas tributária e da Previdência Social, além do projeto do cheque para tapar os buracos no queijo do ministro Adib Jatene e mais o imposto, que trocou de nome, para o alívio do déficit federal.

Isto, apenas no primeiro tempo, de dificuldades dobradas quanto ao quórum e a votação bisada, mas de simplificada negociação porque não é detalhista. Duro de roer é o osso da regulamentação de cada uma das emendas quando a articulação baixa ao pormenor, alargando a área con-

compromissos.

de uma hora para outra, misturando contrários na geleia da bagunça partidária. A oposição ficou na sua, como era do seu cômodo dever. Fiel aos seus interesses e a linha de suas legendas.

Da outra banda, o governo também não ficou sozinho, como orfão abandonado na roda. A brecha na maioria, reduzida pelos acertos, apelos, pressões e demais recursos do gênero, não dissolveu o bloco oficial. Desfalcada, fincou pé, firme no toco, torcendo o nariz pela amarga obrigação de bater de frente com o voto. E, em parceria inesperada e espontânea, perfilaram-se todos os governadores, sem distinção de legendas, até os dois petistas, aliados sob o impulso da mesma penúria, da indigência de verbas estouradas pelo inchaço das folhas de pagamento do funcionalismo.

O desconchavo atingiu de raspão, mas tirando lascas, a área parlamentar. O governo brigou com ele mesmo, como pugilista que se exercita em frente ao espelho, esmurando o ar.

Interesses do Executivo e do Legislativo esbarraram em choque frontal. Nem todos sustentaram os deveres da solidariedade além dos limites do risco eleitoral.

Parlamentar não briga com o voto que afaga para reelegê-lo. E o funcionalismo público é mina que não se deve desprezar. Talvez o setor mais confiável e próximo no mapa do eleitorado. Todo parlamentar de prestígio contabiliza dezenas, centenas de nomeações na escalada que acompanha sua ascensão política. Desde os mais próximos, a começar pela parentela, pendurada no poleiro municipal. Até os da faixa do meio, do encaixe estadual e, no alto da pirâmide burocrática, os privilegiados da estabilidade federal.

A reforma administrativa no funil da tramitação legislativa, como em todo tema polêmico, deu a impressão de reduzir-se à manutenção ou derrubada da estabilidade dos servidores. Ai se concentrou a emoção do debate e a mobiliza-

flitante. Exige paciência beneditina fechar acordos consensuais compondo exigências que não se encaixam. E reservas de tempo para não desistir às primeiras dificuldades, aparentemente inconciliáveis.

Pela rota de curvas da lógica política, nada indica que a maioria pretenda dissolver-se, amuada com o governo que a empurrou para o atrito com o voto.

Ao contrário, a cola que junta as peças das muitas siglas — das grandes e das nanicas —, do bloco da maioria não desgrudou interesses que permanecem entrelaçados.

Em primeiro lugar, quem se despregar da maioria não terá para onde ir. A acolhida na minoria nada promete de sedutora. O outro lado tem dono, ocupante com as vantagens da antiguidade. Arribaram por opção natural, no aparte do voto que marcou o espaço dos vencedores e vencidos. Cada um com suas específicas obrigações. Pular da maciote governista, com seus aborrecimentos largamente compensados pela fruição de vantagens, para aterrar no campo de terra batida e poeirento da oposição, e postar-se no fim da fila, como intronizado em festa para a qual não foi convidado, certamente não é uma troca esperta.

O Congresso continuará dividido entre o centro e a esquerda. Pois é esta a mais nítida marca do contraditório nacional. Pular a cerca ficou desconfortável. Não basta trocar de sigla. Mas, com algum exagero, obriga a renegar convicções um tanto fluidas e aderir à pregação do adversário da véspera.

Se para evitar briga basta que um não queira, quando os dois ardem de aflição para trocar de bem é sinal de reconciliação à vista. Sem tapas. E sem os derrama-mentos de beijos.

\* Repórter político do JORNAL DO BRASIL

